

# “Moura Coutinho de Lamego”

Porto, Julho de 2023

de Manuel Abranches de Soveral e João Manuel Braz

Edição “Caminhos Romanos”

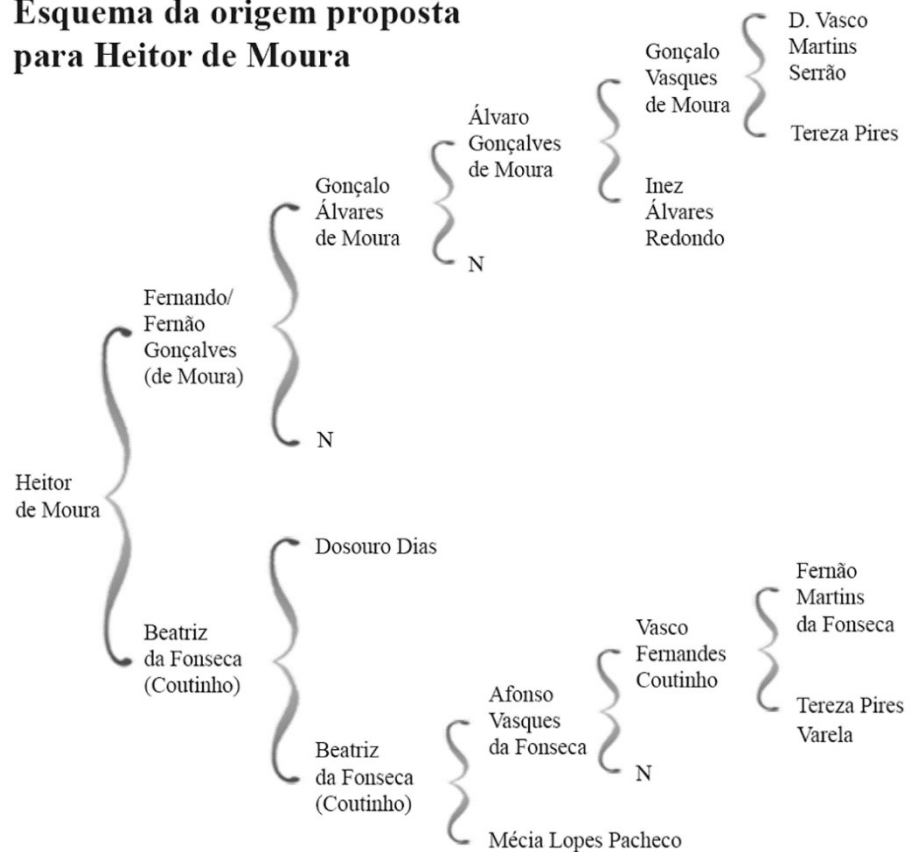
## Errata e Adenda

feita pelos autores (*Setembro de 2023*)

<p><i>Nota</i> <i>nº 6</i></p>	<p>A cota referia nesta nota remete para o foral do couto do Peso na Leitura Nova, onde não consta a relação dos prazos que então aí tinha o bispo de Porto, em cujas delimitações é referido Heitor de Moura. Estes prazos constam no manuscrito quinhentista “<i>O Censual da Mitra do Porto</i>”, publicado em 1973 pelo Prof. Cândido dos Santos, da Universidade do Porto, onde é transcrito o antedito foral, seguido da relação dos prazos que então aí tinha o bispo do Porto, em cujas limitações aparecem referidas por quatro vezes terras de <i>Eitor de Moura</i> (<i>fol. 178, 179, 183 e 184</i>). Nas mesmas delimitações aparecem referidas por três vezes terras de um <i>Luiz Memdez</i>, que talvez seja o sogro de Heitor de Moura.</p>
<p><i>Nota</i> <i>nº 7</i></p>	<p>O Arquivo Diocesano de Lamego teve a infeliz ideia de sobrepor a todas as páginas dos livros paroquiais digitalizados um logotipo enorme e escuro que dificulta de sobremaneira a leitura de muitos assentos, já de si muitas vezes difícil. É o caso do assento referido nesta nota que, após leitura numa digitalização sem o dito logotipo, verificamos que na verdade não refere nenhum <i>forno de Eitor de Moura</i>.</p>
<p><i>Nota</i> <i>nº 20</i></p>	<p>Pedro da Fonseca de Castro e sua mulher Filipa da Costa Homem traziam vários prazos do Cabido da Sé de Lamego, entre os quais umas casas “<i>abaixo da Cruz de São Francisco</i>” (11.2.1553), um souto “<i>abaixo de Santo Estêvão</i>”, outro “<i>à Pisca</i>” e outro em Ferreiros e uma horta, e por tudo pagava de foro 500 reais e uma galinha (12.2.1553); e um casal em Alvelos que fora de Rodrigo Rebello, pelo qual pagava de foro 43 reais (<i>ANTT, Cabido da Sé de Lamego, Prazos, l. 26, f. 73v, e l. 74, f. 127 e 147v</i>). Foram pais, entre outros, do referido Gonçalo da Fonseca e Castro, senhor da Casa das Brolhas, em</p>

Lamego, FCR e corregedor; e de D. Beatriz de Castro, b. 16.8.1534 em Lamego (Sé) e fal. a 18.2.1612, *ib*, enterrada na Sé, *na sepultura de seus antepassados*, com um officio de 30 clérigos e mil reais de oferta; e que foi herdeira dos prazos de sua mãe (*ib*, l. 26, f. 37). Pedro da Fonseca e Castro, n. cerca de 1477, de um 1º casamento ou naturais teve ainda uma filha chamada Beatriz da Fonseca, 2ª mulher de Miguel de Figueiredo, FCR (1.10.1513), que justificou a sua nobreza em 1511, e um filho chamado Fernão da Fonseca e Castro, FCR, senhor da torre de Bendavizes, em Fataunços (Vouzela), etc, que casou cerca de 1535 com D. Beringeira de Souza, 4ª senhora do Paço da Torre de Figueiredo das Donas (Vouzela), c.g. nesta casa.

### Esquema da origem proposta para Heitor de Moura



Esquema da autoria de Manuel Abranches de Soveral, feito para o livro mas que não foi publicado por falta de espaço, onde se percebe melhor a origem genealógica dos Moura Coutinho aí proposta e desenvolvida.

Nota  
nº 25

Além do referido Pedro da Granja, Fernão da Granja e Beatriz da Fonseca tiveram outro filho também desconhecido das genealogias, chamado Lucas da Fonseca, que a 5.11.1502, constando como *cavaleiro de nossa Casa*, teve de

D. Manuel mercê da “*ministração da barca do Moledo sita no rio Douro que instituiu a rainha dona Mafalda, da comarca de Lamego e pela guisa e maneira que a tinha e ministrava Fernão da Granja, seu pai que a dita ministração tinha por carta delRei meu senhor que deus aja*” (ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, l. 2, f. 63v).

Nota  
nº 57

Lourenço de Moura e sua mulher Joana Veloso de Camões (que se documenta assim e a quem Gayo acrescenta *de Eça*) viveram na Quinta do Freixieiro, em Arnóia (Celorico de Basto), onde ela fal. a 30.12.1626, deixando o marido testamentário. Deles foi filho, entre outros, Manuel de Moura Coutinho, b. a 24.10.1599, *ib*, que viveu nessa quinta e casou cerca de 1623 com D. Isabel da Silva (nome com que se documenta e Alão diz filha de António Machado Barbosa e sua mulher Filipa de Moura). Deles foi filho, entre outros, o Padre Martim Pereira de Eça, b. a 20.11.1644, *ib*, e fal. a 15.10.1694, *ib*, que em Maria Veloso, n. em Vila Real, teve João António Pereira de Eça (1670-1753), sendo este trisavô na varonia de D. Carolina Augusta Pereira de Eça (1826-1908), mãe do grande escritor José Maria de Eça de Queiroz (1845-1900).

Segundo Alão, Joana Veloso de Camões era filha de Paulo Veloso, chantre da Sé de Braga, e irmã de André Veloso de Camões, abade de Sendim. Joana Veloso de Camões, casada cerca de 1591, porventura em Rendufe (Amares), terá nascido cerca de 1577. Seu pai, o chantre Licenciado Paulo Veloso, terá n. cerca de 1557 e é certamente o Paulo Veloso, natural de Braga, filho de Diogo Veloso, que a 1.10.1583 se matriculou em Instituta na Universidade de Coimbra, onde foi bacharel (15.7.1588) formado (11.12.1589) em Cânones (AUC, *Matriculas*). Era já chantre a 17.8.1609, quando o arcebispo de Braga nomeou testemunhas da entrega da igreja de São Martinho do Campo de Negrelos “o L<sup>do</sup> Paulo Velozo, chantre nesta S<sup>a</sup> Sé, e M<sup>el</sup> Brochado, seu criado” (ADB, *Registo Geral*, f. 208v a 209). E continuava a sê-lo a 20.11.1613, quando assinou como “O Chantre Paulo Vellozo” uma carta dos inquisidores de Coimbra a pedir averiguações em Braga (ANTT, TSO, CG, *Papéis Avulsos*, mç. 7, nº 2608). O antedito André Veloso de Camões, dito abade de Sendim, não pode ser o André Veloso, abade de Santiago de Sendim (Felgueiras), a pedido de quem a 13.1.1549 foi feito o tombo da dita igreja (ADB, *Registo Geral*, f. 383v a 411v). Este André Veloso não podia ter n. depois de 1525. O irmão (meio-irmão?) de Joana Veloso de Camões, que Alão diz ter sido abade de Sendim, deve afinal ser o Padre André Veloso, clérigo de

missa, natural de Rendufe (Amares), n. cerca de 1583, que a 11.5.1609 teve provisão da vigararia *ad nutum* da igreja de São Tiago de Fraião, do termo de Braga (*ib. f. 156v a 157v*). O André Veloso que se documenta abade de Sendim (Felgueiras) em 1549, já não o era em 1560, quando começam os respectivos livros paroquiais. E até ao séc. XVIII não aparece em Sendim nenhum outro abade André Veloso. Há mais duas freguesias com o mesmo nome Sendim, uma em Miranda do Douro e outra em Tabuaço. Só a 1ª tem paroquiais para esta cronologia, e nela não consta nenhum abade André Veloso. Infelizmente, os paroquiais de Fraião (Braga) só começam em 1679, pelo que não é possível encontrar neles o André Veloso feito abade daí em 1609. Portanto, em princípio, engana-se Alão (e Gayo na sua esteira) quando diz que o irmão de Joana Veloso de Camões, André Veloso, foi abade de Sendim. Como ficou dito, de facto existiu um André Veloso, muito anterior, que era abade de Sendim em 1549 e já não o era em 1560, sendo provável que então já tivesse falecido. Ora, este abade André Veloso pode bem ter nascido entre 1490 e 1500 e ser pai de Diogo Veloso, n. cerca de 1520/30, e portanto avô do chantre Paulo Veloso, n. cerca de 1557.

Sobre estes Veloso, nem Alão nem Gayo são úteis ou referem esta família em Braga nesta cronologia. Contudo, estes Veloso de Braga do séc. XVI podem descender do galego *Pero Fernandez Velloso*, natural de San Salvador de Manín (Orense), filho de *Fernam de Bocado* e sua mulher *Lionor Perez Velloso*, aí moradores. Este Pedro Fernandes Veloso tirou ordens menores em Braga a 17.12.1457, dizendo-se na matrícula que era morador na diocese de Braga há tempo suficiente para aí poder tirar ordens. Pela cronologia, Pedro Fernandes Veloso, n. cerca de 1438, podia bem ser avô paterno do André Veloso que foi abade de Sendim.

Se tem algum fundamento o Eça que Gayo acrescenta ao documentado nome de Joana Veloso de Camões, então o chantre Dr. Paulo Veloso era já *de Camões* (nome que viria da mãe, mulher de Diogo Veloso) e, provavelmente quando se preparava para a vida religiosa no mosteiro beneditino de Stº André de Rendufe, sendo ainda muito novo (teria 20 anos), teve pelo menos essa filha numa Pereira de Eça, nomes que vêm juntos para os netos de Joana Veloso de Camões, filhos de Manuel de Moura Coutinho e D. Isabel da Silva, nomeadamente o já referido Padre Martim Pereira de Eça (1644-1694), 5º avô do escritor Eça de Queiroz. E, pela onomástica, aquela Pereira de Eça seria parente próxima de outro Martim Pereira de Eça, freire professo da Ordem de

	<p>Malta, capitão de Couraças no Minho, governador da comarca de Guimarães e comendador de Fregim, Torres Vedras e Távora naquela ordem, que ainda vivia a 11.8.1688, quando teve confirmação dos privilégios concedidos à Ordem de S. João do Hospital de Jerusalém, depois de Malta (<i>ANTT, RGM, Mercês de D. Pedro II, l. 4, f. 46</i>). Assim, aquela Pereira de Eça seria uma das muitas filhas que Gayo dá, sem mais notícia, a António Pereira e sua mulher D. Joana de Eça, bisavós desse Martim Pereira de Eça, freire da Ordem de Malta, e, portanto, trisavós do outro Martim Pereira de Eça, sacerdote. Para além de nada disto ser referido nas genealogias, o principal óbice a esta proposta resulta de Joana Veloso de Camões, apesar de filha natural, se documentar sem o Dona que sua sugerida mãe inegavelmente teve. Mas, se Paulo Veloso raptou uma Pereira de Eça e tiveram pelo menos essa filha, correu graves perigos, inclusive de morte, pelo que o caso foi mantido no máximo sigilo, ficando certamente a filha apenas com o pai, que a assumiu sozinho, recolhendo a mãe a um convento, como se nada tivesse acontecido. E só muito depois, já os intervenientes tinham falecido, essa ascendência foi assumida, nomeadamente nos nomes Pereira de Eça que inopinadamente foram dados a vários dos netos de Joana Veloso de Camões.</p>
<p><i>Nota nº 80</i></p>	<p>O Licenciado Pedro Rebello Cardoso, segundo uma genealogia manuscrita (<i>Genealogias Manuscritas, nº 88, Nobiliário das famílias ilustres de Portugal ordenado por António Peixoto de Queirós e Vasconcelos, Nobiliário de Queirós, 23, f. 28</i>), era filho de Pedro Dias Cardoso e sua mulher Filipa de Minou. Assim, era neto paterno de Lopo Dias de Rebello, criado e escudeiro do conde de Marialva, legitimado por carta real de 17.3.1445, juiz do Almojarifado (1441) e procurador (1442) de Lamego, etc, e neto materno de Gil Afonso, de Gouveia (filho de Afonso Gil, escrivão das sisas de Gouveia).</p>
<p><i>Nota nº 91</i></p>	<p>Gaspar de Alvarenga teve a 11.10.1543 mercê para poder servir o ofício do pai, já falecido, “<i>sem embargo do bacharel Francisco Rodrigues, procurador nos auditórios da cidade de Lamego, ser seu cunhado, casado com Mécia Vaz, sua irmã</i>” (<i>ANTT, Chancelaria de D. João III, l. 28, f. 56</i>). O tio Gonçalo Vaz documenta-se também como recebedor do Almojarifado de Lamego, entre 1525 e 1555 (<i>ib, Privilégios, l. 1, f. 29v, e l. 3, f. 142</i>).</p>
<p><i>Pág. 19 Nº 2.6.1.2</i></p>	<p>Diogo Botelho e sua mulher D. Apolónia de Carvalho (proposta filha de Diogo Osório Coutinho e Isabel Osório de Gouveia), falecida em 1647,</p>

	<p>devem ser os Diogo Botelho de Oliveira, de Almacave, escrivão da correição de Lamego, e sua mulher Apolónia de Gouveia, que foram pais de, pelo menos, dois filhos baptizados em Almacave: Catarina em 1638 e António em 1640. Neste caso, D. Apolónia não teria n. cerca de 1592, como propusemos, mas mais tarde, cerca de 1598, tendo o último filho com cerca de 42 anos.</p>
<p><i>Nota nº 136</i></p>	<p>Pedro de Almeida (Galafura) a 26.9.1526 perdeu o ofício de escrivão dos órfãos por erros que tinha feitos durante o exercício deste ofício ... <i>“erros por que com direito os perdia ... que sendo orfã uma moça por nome Cardosa de sua jurisdição do lugar da Figueira, ele contra defesa de minha ordenação dormira com ela e a emprenhara e que sendo acusado por um falso juramento ele se chamou às ordens a que fora remetido e por ela se livrara como clérigo de ordens menores ... e que sendo como é também notário apostólico citara Diogo de Moraes nesta escola e vigário geral nesta dita cidade, a requerimento de um Diogo da Costa por um escrito de Roma para lá aparecer citado ... sem minha licença ... e levando António Ribeiro preso de Lamego para Viseu por meu mandado ... o levava contra mandado à Lagiosa, a casa do abade da dita freguesia ... e que servia de escrivão das sisas e almotaçaria sem para isso ter minha licença e que comprara umas peças e fazenda de Branca Moreira contra defesa de minhas ordenações”</i>. Tendo a 14.11.1526 Fernão de Góis mercê do dito ofício de escrivão dos órfãos de Lamego (ANTT, Chancelaria de D. João III, l. 36, f. 183v).</p> <p>A 10.1.1555, um Pedro de Almeida teve mercê para ter uma pessoa que o ajude no ofício de escrivão da correição da comarca de Lamego, por ser <i>“de 60 anos e carecido de vista e o ofício de muito trabalho”</i> (ib, Privilégios, l. 3, f. 47). Se de facto tinha apenas 60 anos em 1555, este Pedro de Almeida n. em 1495, pelo que dificilmente podia ser o avô paterno de Isabel de Sequeira, n. cerca de 1536. Tanto mais que esse avô, Pedro de Almeida (Galafura), casou com Antónia Gil Barbosa, legitimada por carta real justamente de 1495, nascida portanto anos antes. Contudo, podia não ter 60 exactos, mas estar na casa dos 60, nascendo lá para 1488, data ainda tardia mas mais aceitável.</p>
<p><i>Pág. 22 Nº 3.2</i></p>	<p>Um Manuel de Moura consta como natural de Lamego e morador em Tentúgal, inquiridor nesta vila, <i>homem nobre, cidadão do Porto e uma das pessoas principais da vila de Tentúgal</i> nas várias inquirições em que foi testemunha. Nomeadamente, consta como Manuel de Moura (nome que assina), inquiridor da vila de Tentúgal, natural de Lamego, que <i>passava dos</i></p>

60 anos de idade e estava casado com Águeda Nunes, quando em 1624 testemunhou no processo do Santo Ofício de Matias Pereira de São Payo, ½ cristão-novo, preso em 1623 (*ANTT, TSO, Inquisição de Coimbra, processo nº 4724*). Agradecemos a Paulo Duarte de Almeida ter-nos chamado a atenção para este Manuel de Moura. Se em 1624 tinha mais de 60, podia bem ter n. cerca de 1558, tanto mais que em 1629 já diz ter cerca de 75 anos. Tendo em conta a cronologia, naturalidade e onomástica, é certamente o Manuel de Moura que vai no nº 3.2 do §1. Casou portanto 2ª vez com a antedita Águeda Nunes, nos finais de 1604 ou inícios de 1605 (*não há livros de casamentos para esta cronologia*), pois a 1ª filha, Marta de Moura, foi b. a 18.11.1605 em Tentúgal. Teve mais Cristóvão, crismado com a irmã Marta em 1617, *ib*, e Maria, b. a 6.3.1608, *ib*. Águeda Nunes, mulher de Manuel de Moura, fal. a 13.5.1629, *ib*, sendo sepultada na igreja de Stª Mª de Mourão. Manuel de Moura fal a 26.3.1654, *ib*, sendo sepultado na mesma igreja. Morreu portanto quase centenário. A mercê do ofício de inquiridor, contador e distribuidor do concelho de Tentúgal não consta nos índices das chancelarias de D. Filipe I, II e III. Por mercê de D. Manuel I de 15.6.1518, os condes de Tentúgal podiam nomear todos os ofícios de tabelião nas suas terras, por cartas suas, sem as mandar à Chancelaria (*ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, l. 38, f. 33v*). O mesmo se passaria com o ofício de inquiridor das inquirições judiciais, distribuidor dante os tabeliões e contador dos feitos e custas. Possivelmente, Manuel de Moura já sucedeu neste ofício ao sogro, pai de Águeda Nunes, que na habilitação do neto adiante referida consta como António Nunes, de Tentúgal. Pela mesma habilitação, sabe-se que Manuel de Moura tinha a propriedade do ofício e que nele sucedeu o genro Gaspar Pacheco que, já viúvo de Jerónima de Carvalho, casou a 1.4.1636, *ib*, com a antedita Marta de Moura e viveram em Tentúgal *de suas fazendas* (bens), sendo ele natural de Sernancelhe, filho natural do Dr. Paulo de Soveral (casado a 20.6.1612 em Ranhados com Catarina de Sequeira de Lemos), advogado em Sernancelhe (Viseu), etc, e de Isabel Pacheco, solteira.

De Marta de Moura e seu marido foi filho, entre outros, Frei António de Moura Coutinho, professo da Ordem de Avis e superior do convento desta ordem em Avis, que a 10.2.1691 foi comissário do Santo Ofício de Évora (*ANTT, TSO, CG, Habilitações, António, mç. 43, doc. 1030*).

Como se diz no livro, um sobrinho de Manuel de Moura, chamado António de Moura Coutinho, natural de Condeixa, referido no âmbito do nº 3.5 do §1, a

	<p>17.11.1642 foi confirmado como juiz dos órfãos de Tentúgal (<i>ANTT, RGM, Mercês da Torre do Tombo, l. 10, f. 384v e 385</i>), sendo então já casado com Mécia Nunes Cardoso da Gama, natural de Tentúgal, que era já viúva, tendo-lhe ficado do 1º casamento uma filha menor que era proprietária do antedito ofício que o padraсто exercia.</p>
<p><i>Nota nº 180</i></p>	<p>Pedroza dá a Francisco Cardoso e Pedro Rodrigues Cardoso mais um irmão, chamado Diogo Rodrigues Cardoso, que se documenta juiz dos órfãos por carta de 30.10.1522 (<i>ANTT, Chancelaria de D. João III, l. 1, f. III</i>) e recebedor das sisas de Armamar por carta de 1.10.1522 (<i>ib, l. 47, f. 87</i>), portanto todos filhos do Dr. Diogo Rodrigues da Fonseca e sua mulher Florença Saraiva, filha de Gil Cardoso e neta materna de Pedro Saraiva, escrivão dos órfãos e sisas (1440) e tabelião (renúncia de 1463) de Trancoso.</p>
<p><i>Pág. 26 Nº 2</i></p>	<p>Francisco Cardoso, sogro de Beatriz (de Moura) Coutinho, foi chanceler por carta de 9.2.1537 (<i>ANTT, Chancelaria de D. João III, l. 24, f. 41</i>) e teve mercê para renunciar o cargo de contador, inquiridor e distribuidor da comarca de Lamego a 30.7.1541 em pessoa <i>auta</i> (apta); o que fez em 29.8.1541 em Luís Álvares Homem, de Lamego, o qual recebeu carta do mesmo ofício no dia seguinte (<i>ib, l. 31, f. 105</i>).</p>
<p><i>Pág. 27 Nº 2.2</i></p>	<p>Segundo as “<i>Memorias Genealogicas das familias de algumas Prov<sup>as</sup> deste R<sup>no</sup> e com especialid<sup>e</sup> da Beira / Compiladas por Francisco Xavier Vas Pinto. - 1749</i>” (<i>Biblioteca Nacional Digital, https://purl.pt/39962</i>), a f. 641, Francisco Cardoso Coutinho herdou a casa de seu pai. Terá assim, em princípio, sido o primogénito.</p>
<p><i>Nota nº 193</i></p>	<p>Cristóvão Cardoso Coutinho e sua mulher Maria de Azevedo, segundo as anteditas “<i>Memorias Genealogicas</i>”, tiveram mais dois filhos além aqueles cujo baptismo encontramos: Frei António Coutinho, dominicano; e Filipa de São José, freira clarissa no convento das Chagas, em Lamego. A dita obra diz que a filha Luísa foi religiosa em Amarante com o nome de Luísa do Céu.</p>
<p><i>Pág. 28 Nº 2.3.1.1</i></p>	<p>João de Moura Coutinho fal. muito velho a 8.10.1746 na sua Quinta do Barral, em Anreade (Resende), com testamento, onde deixou obrigação de um ofício geral de corpo presente, mais mil missa por sua alma, 1.500 por alma de sua mulher e 500 por alma de seu irmão António Pereira Pinto, de 100 réis cada uma, e o filho testamenteiro, sendo sepultado na matriz. De João de</p>



	<p>Moura Coutinho e sua mulher Francisca da Costa, fal. a 25.9.1730, <i>ib</i>, foi filho Francisco Pereira Pinto, b. a 10.1.1684, <i>ib</i>, dizendo o assento que os pais viviam na sua Quinta do Barral, sendo padrinhos António Pereira Pinto, reitor de S. Cipriano, e sua mãe Ana de Macedo Teixeira. Francisco Pereira Pinto faleceu viúvo na Quinta do Barral dois dias antes do pai, com testamento, onde deixou obrigação de um ofício geral de corpo presente e 6.506 missas, sendo sepultado na matriz.</p> <p>Gayo diz que Francisco Pereira não teve geração, mas a verdade é que casou com Isabel Pinto, b. a 9.5.1686, <i>ib</i>, senhora da Casa da Torre, <i>ib</i>, onde fal. a 18.12.1730. Foram pais de Raquel Pinto, b. a 7.6.1716, <i>ib</i>, sucessora, que casou a 15.4.1736, <i>ib</i>, com António Pinto Machado, b. a 1.2.1711, <i>ib</i>, pais de José Pinto Machado, sucessor, b. a 17.1.1743, <i>ib</i>, c.c.g., nomeadamente nos Pinto de Souza Cochofel da Torre da Lagariça (<i>vide</i> “<i>Carvalhos de Basto</i>”, do saudoso Dr. Eugénio de Andrea da Cunha e Freitas e outros, 1979, Vol. II, pág. 459). Agradecemos esta informação ao Dr. Manuel Calejo Pires.</p> <p>Portanto, Ana de Macedo (2.3.1) ainda vivia em 1684, pelo que não podia ter nascido cerca de 1554, como propusemos, cronologia aliás incompatível para mãe de João de Moura Coutinho, que terá n. cerca de 1655/60. Acresce que João de Moura Coutinho teve um irmão chamado António Pereira Pinto, que em 1684 era reitor de S. Cipriano (Resende).</p> <p>Dada toda esta cronologia documentada, a informação de Gayo não pode estar minimamente certa, ou quanto à filiação de Ana de Macedo (2.3.1) ou, mais provavelmente, quanto à filiação de Francisca de Moura Coutinho (2.3), a quem (como dizemos na nota nº 194) chama Francisca Monteiro de Moura. Tendo em conta o nome que Gayo lhe dá e que afinal n. entre 1600 e 1620, esta Francisca pode descender de Braz Cardoso ou de seu irmão António Monteiro, referidos no §4.</p>
<p>Pág. 28 Nº 3</p>	<p>Simão Cardoso Coutinho e Beatriz Mourão Homem, segundo as já referidas “<i>Memorias Genealogicas</i>” (f. 641v), casaram em Moimenta da Beira (Viseu) e tiveram outra filha, Beatriz Coutinho, que foi freira clarissa no convento das Chagas, em Lamego.</p>
<p>Nota nº 223</p>	<p>Além dos filhos referidos nesta nota, Simão Cardoso Coutinho e sua mulher Maria Rebello de Almeida foram também pais do Padre Cristóvão Cardoso Coutinho, n. em Lamego, que já ordenado teve a 30.1.1674 foro de fidalgo capelão da Casa Real com 1.280 réis de moradia mensal e um alqueire de</p>

	cevada por dia ( <i>Inventário dos Livros de Matrícula dos Moradores da Casa Real, Vol. II, f. 14</i> ).
<i>Pág. 32</i> <i>Nº 1.4.3</i>	Fernão de Góis, sogro de Joana Coelho, além de escudeiro do bispo de Lamego, como referimos, foi escrivão dos órfãos de Lamego por carta de 14.11.1526 ( <i>ANTT, Chancelaria de D. João III, l. 36, f. 183v</i> ).
<i>Pág. 33</i> <i>Nº 1.4.3.1</i>	Domingos de Morais, sogro de Isabel de Morais, faleceu velho a 30.8.1602 em Lamego e já a 18.3.1545 tinha tido mercê do ofício de tabelião do judicial desta cidade por renúncia que dele fizera Francisco Luís ( <i>ANTT, Chancelaria de D. João III, l. 25, f. 89v, e l. 35, f. 65v</i> ).
<i>Nota</i> <i>nº 247</i>	Maria de Morais Cerqueira veio a casar com Nicolau Borges de Seixas, que a 5.2.1641 teve carta do ofício de tabelião do público de Lamego ( <i>ANTT, Chancelaria de D. João IV, l. 10, f. 36v</i> ).
<i>Pág. 36</i> <i>Nº 3.3</i>	João Rodrigues de Moura aparece referido como chantre da Sé de Lamego a 22.4.1594, quando foi visitador-geral da igreja de Alcarva, no termo de Penedono (Alcarva foi depois uma freguesia do concelho de Meda), por mandado do bispo de Lamego D. António Telles de Menezes ( <i>Mórmons, Registos paroquiais de Alcarva, Misto I</i> ).
<i>Pág. 36</i> <i>Nº 3.4</i>	O Licenciado Pedro Vieira de Moura era já abade de Vilar Formoso a 6.11.1585, quando foi visitador da igreja de Alcarva, no termo de Penedono, por mandado do bispo de Lamego D. António Telles de Menezes ( <i>Mórmons, Registos paroquiais de Alcarva, Misto I</i> ). Voltou a visitar a mesma igreja de Alcarva a 12.6.1596, sendo então referido como cónego penitenciário na Sé de Lamego.
<i>Nota</i> <i>nº 329</i>	Lourenço Afonso e Lourenço Afonso de Carvalho terão nascido entre 1435 e 1450. E as alegadas irmãs Beatriz Cardoso e Inês Dias Cardoso entre 1447 e 1462, pelo que não podem ser netas maternas, como diz Gayo, de Azuil Cardoso, o Velho, n. cerca de 1420. Ou seja: Inês Dias Cardoso, neste caso n. cerca de 1462, pode; mas Beatriz Cardoso, neste caso n. cerca de 1447, não pode. Assim, não seriam irmãs, como diz Gayo, mas sim tia e sobrinha, sendo portanto Beatriz Cardoso filha de Azuil Cardoso e casada (cerca de 1460) com Lourenço Afonso. Já Inês Dias Cardoso era sua neta materna e casada (cerca de 1478) com Lourenço Afonso de Carvalho. Acresce que nas já

	<p>referidas “<i>Memorias Genealogicas</i>” (f. 697) consta que Pedro Cardoso, filho de Lourenço Afonso de Carvalho, foi capitão de mar e guerra, serviu nas armadas e se achou no despejo de Arzila (1550); casou e foi pai de Diogo Dias Cardoso, que teve o hábito de Cristo e casou com Isabel de Paiva, filha de Filipe Lopes Correa, vereador da Câmara de Lisboa. Mas não documentamos nenhum Diogo, filho deste Pedro Cardoso.</p>
<p><i>Pág. 43</i> <i>Nº 1</i></p>	<p>A pedido de um Braz Afonso, tesoureiro da Sé de Lamego, foi legitimada a 15.7.1506 sua filha Beatriz de Chaves, havida em Maria Lopes, mulher solteira ao tempo de seu nascimento, por público instrumento que constava ser feito e assinado a 2.5.1505 por Manuel Rodrigues, tabelião em Armamar, legitimação sem prejuízo de herdeiros lídimos (<i>ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, l. 44, f. 119v</i>).</p> <p>Apesar da coincidência dos nomes, este Braz Afonso, tesoureiro da Sé em 1506, certamente clérigo, não pode identificar-se com os sogros de Pedro Cardoso, Braz Afonso, tabelião em 1492 e 1506 e escrivão do Almojarifado em 1496, que justamente em 1506, sendo então tabelião, se documenta casado com Maria Lopes.</p>
<p><i>Nota</i> <i>nº 333</i></p>	<p>Braz Afonso, sogro de Pedro Cardoso, a 29.5.1496 foi nomeado escrivão do Almojarifado da cidade de Lamego, como ficou dito no livro. A 30.5.1502 foi nomeado neste ofício Gonçalo de Resende, cavaleiro da Casa Real, porque o anterior proprietário não servia o ofício, nomeando quem o fizesse por si. Contudo, caso quisesse reaver o ofício assim perdido para a Coroa, Braz Afonso teria de o servir pessoalmente (<i>ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, l. 6, f. 65v</i>).</p>
<p><i>Pág. 44</i> <i>Nº 1.2</i></p>	<p>Manuel Soares, sogro de Beatriz Cardoso, documenta-se como criado de João Rodrigues Pereira (certamente o 4º senhor de Cabeceiras de Basto nesta linhagem) e morador em Santa Cruz de Lumiares, então concelho, onde exerceu o ofício de tabelião do público e judicial por carta de 15.2.1513 (<i>ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, l. 42, f. 20v</i>), sucedendo a Fernão Machado, que o perdera por erros cometidos no seu exercício. Manuel Soares exerceu também o ofício de escrivão dos órfãos. Perdeu ambos os ofícios por erros cometidos, sendo neles substituído a 2.9.1521 por Rui Pires (<i>ib, l. 18, f. 84</i>). Manuel Soares morava ainda em Santa Cruz de Lumiares quando recebeu a 30.4.1542 mercê do ofício de recebedor das sisas dos então</p>

	concelhos de São Cosmado, Granja do Tedo, Pinheiros e Chavães ( <i>ANTT, Chancelaria de D. João III, l. 31, f. 56v</i> ).
<i>Pág. 47 Nº 2</i>	Diogo de Gouveia, sogro do notário António Martins, é referido como “escudeiro e notário na cidade de Lamego” quando em 1513 recebeu uma carta de perdão ( <i>ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, l. de Perdões e Legitimações [47], f. 51</i> ).
<i>Nota nº 354</i>	Uma leitura mais cuidada da carta de tabelião do público e notas de Lamego, outorgada a 18.8.1502, revela que o encartado foi na verdade um Lopo Rodrigues e não um “Lopo Martins”, como erradamente foi indexado no livro de índices do ANTT, ficando assim muito duvidosa a filiação de António Martins nesse Lopo Rodrigues, tanto mais que o sogro foi notário ( <i>vide supra</i> ). Nesta conjuntura, e tendo em conta a sucessão no prazo referida no livro, o parentesco do notário António Martins com António Monteiro deve ser por afinidade, ou seja: uma filha do escudeiro e notário Diogo de Gouveia, sogro de António Martins, é que terá casado com Sisto Monteiro. Portanto, António Monteiro, cavaleiro fidalgo e escrivão do Almojarifado, seria sobrinho-neto de Isabel de Gouveia, mulher do notário António Martins.
<i>Nota nº 358</i>	Afonso Dias Monteiro, almoxarife de Lamego desde 1543, teve quitação pela arrecadação dos contos que fez para o ano de 1545 ( <i>ANTT, Chancelaria de D. João III, l. 29, f. 44v</i> ).
<i>Pág. 48 Nº 2.2</i>	António Monteiro recebeu quitação dos contos do Almojarifado de Lamego a 26.6.1578, sendo referido então como “ <i>executor q foy do almox<sup>do</sup> de lamego o ano de b<sup>o</sup>lxx (1570)</i> ” ( <i>ANTT, Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Privilégios, l. 12, f. 52</i> ); e em 8.3.1579 para os anos de 1573 até 1575, sendo então referido como “ <i>cavaleyro fidallguo da casa da Inf<sup>te</sup> dona marya mynha ty</i> ” ( <i>ib, l. 11, f. 212</i> ). Só pode tratar-se da infante D. Maria, irmã de D. João III, apesar de ter fal. a 10.10.1577.
<i>Pág. 51 Nº 2.2.2</i>	Amador Falcão de Rebello, marido de Filipa Monteiro, teve a 12.4.1601 mercê para ter uma pessoa que o ajude a escrever no seu ofício de escrivão dos contos da Provedoria de Lamego ( <i>ANTT, Chancelaria de D. Filipe II, Privilégios, l. 3, f. 34v</i> ).

<p><i>Pág. 58</i> <i>Nº 4.2</i></p>	<p>Cristóvão de Alvarenga de Sequeira, marido de Ana Cardoso Coutinho, teve a 12.7.1602 mercê para ter um escrevente que o ajudasse no ofício de escrivão da correição da comarca de Lamego (<i>ANTT, Chancelaria de D. Filipe II, Privilégios, l. 3, f. 40v</i>).</p>
<p><i>Pág. 60</i> <i>Nº 4.5</i></p>	<p>António de Almeida de Gouveia, sogro de Guiomar de Moura Coutinho, que foi escrivão dos contos da Provedoria da comarca da cidade de Lamego, a 18.2.1578 fez petição ao rei para que <i>“houvesse por bem de lhe fazer mercê do dito ofício que vagou por falecimento de Adrião da Barca, por ele casar com Apolónia de Gouveia, sua filha, e porque a comarca é muito grande e de muitos negócios lhe é necessário ter quem o ajude a escrever e o dito seu sogro tinha 2 pessoas que o ajudavam”</i> (<i>ANTT, Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Privilégios, l. 11, f. 118v</i>). Tendo em conta o que ficou dito e a cronologia, concluímos que António de Almeida de Gouveia casou duas vezes, a 1ª vez, aparentemente sem geração, com a antedita Apolónia de Gouveia, por cujo casamento ele sucedeu ao sogro no ofício de escrivão dos contos da Provedoria da comarca de Lamego, e a 2ª vez com D. Maria de Carvalho, de quem teve o filho António de Almeida de Gouveia, que viria a suceder ao pai no dito ofício.</p>